

ÁREA AMBIENTAL

Servidores ambientais de São Paulo e Paraná deliberam por greve a partir de 1º de julho

Em assembleia conjunta realizada em 24 de junho, servidores da área ambiental dos estados de São Paulo e Paraná decidiram entrar em greve a partir de 1º de julho. A decisão veio após meses de tentativas frustradas de negociação com o governo federal, que não demonstrou disposição para um diálogo.

A assembleia contou com a participação de representantes da Ascema SP/PR, Sindsef-SP e Sindsep/PR, que falaram da importância do momento, colocando-se a disposição para amplificar a luta da área ambiental.

ATIVIDADES ESSENCIAIS DURANTE A GREVE

Após amplo debate e seguindo a orientação do ofício já enviado ao MGI pelas entidades nacionais, os servidores estabeleceram as principais atividades essenciais:

Licenciamento Ambiental: 10% dos servidores continuarão a atender demandas urgentes de concessão, renovação ou acompanhamento de licenças ambientais em casos de emergência ambiental ou calamidade pública.

Gestão de Unidades de Conservação: atendimento exclusivo de demandas emergenciais que possam colocar em risco e/ou aumentar a vulnerabilidade de comunidades tradicionais e/ou colocar em risco imediato a biodiversidade e conservação dos recursos e valores fundamentais das unidades de conservação federais, garantindo a proteção dos ecossistemas e das espécies ameaçadas;

Resgate e reabilitação de fauna: atendimento a 100% dos acionamentos para operações de resgate de fauna e manutenção dos cuidados de animais, sob custódias dos CETAS e/ou sob guarda ou depósito ou em processo de aquisição já iniciado no Ibama e ou ICMBio;



Controle e prevenção de incêndios florestais: permanecem em atividades 100% das brigadas e supervisores contratados pelo Ibama para ações voltadas à prevenção, monitoramento e combate a incêndios em áreas de preservação ambiental;

Emergências ambientais: atendimento a 100% dos acionamentos para ações emergenciais em desastres ambientais que demandem intervenção imediata;

Atividades meio: manutenção de até 30% dos servidores, garantido atividades meio essenciais, tais como: pagamento dos terceirizados, pagamento de ATA, pagamento de contas de energia, pagamento de contratos anuais.

REPRESENTAÇÃO

Quatro representantes, dois de cada estado, foram eleitos para compor o comando nacional de greve. Além disso, o estado de Assembleia Permanente foi estabelecido.

Para dar publicidade ao movimento paredista, o Sindsef-SP publicou o comunicado de greve no jornal Folha de São Paulo, nesta terça-feira (25/06) e enviou ofício aos órgãos competentes informando sobre a decisão.

CONTEXTO E REIVINDICAÇÕES

A greve é resultado de seis meses de negociações infrutíferas com o governo federal. O governo encerrou unilateralmente a mesa de negociação, com uma proposta que reduz salários para novos servidores e mantém desigualdades salariais entre níveis médio e superior. Isso desmotiva os atuais funcionários e dificulta a atração de novos trabalhadores qualificados.

Apesar de terem apresentado uma contraproposta em 10 de maio, que incluía concessões significativas como aceitar um salário inicial menor que o dos servidores da Agência Nacional de Águas (ANA) e reduzir a diferença salarial entre técnicos e analistas, o governo sequer aceitou negociar.

Os servidores ambientais destacam a importância de uma negociação justa, que reconheça a relevância de seu trabalho para a proteção do meio ambiente brasileiro. A greve é uma ferramenta legítima dos trabalhadores, quando as outras formas de mobilizações não alcançaram o pleito.

O Sindsef-SP apoia as justas reivindicações dos trabalhadores da área ambiental e disponibiliza toda sua infraestrutura para a luta da categoria!

Com informações da Ascema SP/PR